

CORREIO JURÍDICO

DA
REDAÇÃO

Ilustração/TST



Empregado lançou pedra contra técnico em empresa

TST mantém indenização a técnico agredido em obra

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve a condenação da Prumo Engenharia ao pagamento de R\$ 30 mil por danos morais a um técnico de segurança do trabalho agredido por um colega durante o expediente. O caso ocorreu em uma obra no estado de São Paulo, após o profissional advertir o trabalhador por usar uniforme rasgado e sem equipamentos de proteção obrigatórios. Irritado, o empregado lançou uma pedra contra o técnico, causando lesões que exigiram atendimento médico. A Justiça também reconheceu a rescisão indireta do contrato, entendimento mantido pelo TST. Para o tribunal, a empresa tem o dever de garantir um ambiente de trabalho seguro e responde por danos causados por seus empregados nas atividades.

OABacompanha regulação de jogos

A Comissão Especial de Direito dos Jogos Esportivos, Lotéricos e Entretenimento do Conselho Federal da OAB ampliou a articulação com as seccionais estaduais para acompanhar os debates sobre a regulação do setor de jogos e apostas no Brasil. Em reunião realizada com representantes das comissões estaduais, foram discutidos temas como prevenção à lavagem de dinheiro, saúde mental, loterias estaduais e os impactos da regulamentação.

Ilustração/Imagem gerada por IA



Militar postou foto com o namorado nas redes sociais

Ex-policial vítima de homofobia

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que um ex-policial militar do Distrito Federal deve receber R\$ 10 mil por danos morais após sofrer ataque homofóbico em uma rede social. O caso ocorreu depois que ele publicou uma foto beijando o namorado durante a formatura na corporação. Para o colegiado, o comentário ofensivo ultrapassou os limites da liberdade de expressão e violou direitos da personalidade. A relatora, ministra Nancy Andrighi, destacou que a orientação sexual merece proteção jurídica e que não há espaço para justificar preconceito.

STF considera regra inconstitucional

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional a regra que consta no Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa que obrigava seguradoras, entidades de previdência complementar aberta, sociedades de capitalização e resseguradores a aplicar parte de suas reservas técnicas em créditos de carbono. A exigência violava a livre iniciativa e a isonomia.

Indenização I

Empregados da Gerdau Açominas S.A vão ser indenizados pela perda da oportunidade de possuir patente de um equipamento desenvolvido por eles. A Gerdau chegou a protocolar um pedido de patente, que foi arquivado por falta de pagamentos. Desta forma, o equipamento caiu em domínio público.

Indenização II

A reparação foi calculada baseada nos salários dos inventores, considerando o uso do invento pela empresa, potencial econômico e prazo da patente. A indenização individual foi fixada em 33,33% do último salário de cada inventor, multiplicado por 240 meses, com redução de 50% da “chance perdida”.

Sistema I

Tribunais e as varas judiciais começam a contar com um sistema para o envio de ordens relacionadas com restrições de imóveis, como penhora, arresto e sequestro de bens. A nova ferramenta é o Sistema de Construção Judicial, criada para tornar a comunicação entre a Justiça e os Cartórios mais segura.

Sistema II

O Sistema será implementado de maneira escalonada e, a partir de agosto deste ano, todos os tribunais do país devem estar com a plataforma funcionando obrigatoriamente. Agora estarão disponíveis ordens de penhora, arresto e sequestro. Em seguida, o sistema também passará a incluir ordens de cancelamento e outras funções.

Expansão I

O CNJ começou a expansão nacional do Serviço de Autenticação Cadastral (SEAC), medida que apoia a certificação de dados de pessoas privadas de liberdade e torna mais fácil a regularização de documentos. Servidores já foram capacitados em Minas Gerais. A nacionalização vai abranger todo o país ainda neste ano.

Expansão II

Com a capacitação, as equipes passaram a contar com um sistema para conferir, validar e inserir informações da população prisional, substituindo processos manuais. A ferramenta faz parte de uma ação nacional do CNJ voltada à identificação civil e emissão de documentos para pessoas privadas de liberdade.

Ilustração/Imagem gerada por IA



Mais de 100 mil audiências foram realizadas em cinco dias

Semana da Conciliação tem R\$ 2 bi em acordos

Mobilização do TST registrou 34,5 mil acordos homologados

Da Redação

A Justiça do Trabalho encerrou a Semana Nacional da Conciliação Trabalhista 2026 com mais de R\$ 2 bilhões movimentados em acordos homologados. A iniciativa foi realizada entre os dias 25 e 29 de maio e reuniu tribunais regionais, varas do trabalho e Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejuscs-JT) em todo o país.

De acordo com dados divulgados pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), foram realizadas cerca de 100,7 mil audiências durante os cinco dias de mobilização. No período, aproximadamente 34,5 mil acordos foram celebrados, envolvendo processos em diferentes fases de tramitação. O evento também registrou mais de 472 mil atendimentos.

Sobre a semana

Promovida anualmente pelo TST e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), a Semana Nacional da Conciliação Trabalhista busca incentivar a resolução consensual de conflitos entre trabalhadores e empregadores. A proposta é ampliar as oportunidades de negociação nos processos em andamento e estimular a formalização de acordos judiciais.

A conciliação pode ocorrer em qualquer etapa do processo trabalhista. Além das ações que ainda aguardam julgamento, também podem ser objeto de acordo proces-

sos que já tiveram decisão judicial e se encontram na fase de execução, quando são discutidas questões relacionadas ao cumprimento da sentença e ao pagamento de valores reconhecidos pela Justiça.

Segundo o TST, a edição de 2026 teve como tema “Um acordo muda o jogo”. A campanha utilizou referências ao futebol para divulgar a possibilidade de solução negociada dos conflitos trabalhistas. As atividades envolveram ações de comunicação, audiências concentradas e pautas específicas destinadas à tentativa de conciliação. A abertura nacional do evento ocorreu no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, sediado em Campinas, no interior de São Paulo. Durante a cerimônia foi homologado um acordo envolvendo a empresa Avibras, com valor superior a R\$ 252 milhões. O processo integrou a programação da semana e está entre os acordos formalizados no período da mobilização nacional.

Criada em 2015, a Semana Nacional da Conciliação Trabalhista integra a política permanente da Justiça do Trabalho voltada à solução consensual de disputas.

Além dos valores destinados aos acordos, a iniciativa também gera recolhimento de contribuições previdenciárias e tributos incidentes sobre as conciliações homologadas judicialmente. Os dados consolidados são reunidos pelo TST após o encerramento da mobilização nacional.